

Minorias e prevenção da violência

Silvia Ramos¹

A experiência de implantação de Centros de Referência de Proteção de Minorias² no Rio de Janeiro, dentro de um programa amplo de desenvolvimento de estratégias de ampliação do direito à segurança de setores vulneráveis à violência, trouxe indicações importantes sobre a incorporação da sociedade nas ações de prevenção da violência, da democratização das políticas de segurança e da modernização da polícia.

Tendo como base as experiências dos Centros de Referência, pretendo discutir o potencial de significações simbólicas que o tema das minorias oferece para repensar paradigmas da segurança pública. Indico ainda elementos estruturantes da reprodução da homofobia e do racismo que devem estar presentes em programas de prevenção.

Vulnerabilidade à violência e políticas de prevenção

Alguns setores da população são particularmente vulneráveis a violências, ou porque as agressões criminais podem assumir configurações específicas quando dirigidas a eles, ou porque são vítimas de criminalidades com dinâmicas próprias. Isso pode ocorrer quando a vítima é homossexual, negra, adolescente, idosa, ou identificada com quaisquer grupos sociais particularmente frágeis diante do crime ou da polícia.

A especificidade dessas modalidades de violência consiste na combinação de dinâmicas criminais tradicionais com dinâmicas particulares de violência. A homofobia, o racismo, a misoginia³ e outras variantes de discriminações e preconceitos são produtores de vulnerabilidade. Abaixo indico seis grandes áreas de preocupação e de temas que devem ser objeto de atenção na identificação de prioridades em programas participativos de redução da violência.

¹ **Silvia Ramos** é coordenadora da área de Minorias e Cidadania do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (CESeC/UCAM)

² Os Centros de Referência foram criados no âmbito da Subsecretaria de Segurança e Cidadania, formada por uma equipe multidisciplinar, coordenada por Luiz Eduardo Soares. A Subsecretaria funcionou na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro entre janeiro de 1999 e março de 2000. Neste período exerci a função de subsecretária adjunta, com a responsabilidade de coordenar os programas voltados para minorias.

³ O enfrentamento das violências de gênero, doméstica e sexual, demanda discussões específicas e não será objeto deste artigo.

Quando um homossexual é vítima de um golpe específico contra gays, como o Boa Noite Cinderela⁴, agressões de gangues ou de extorsões, o que está em jogo é uma violência que combina crime comum com homofobia, pois há um entendimento tácito de que a vítima hesitará em denunciar o crime à polícia, para não ver sua identidade sexual exposta e para não ser humilhada na delegacia; sabe-se que a polícia terá pouca ou nenhuma determinação em investigar o crime; está implícito que o agressor permanecerá impune, e assim se põe em marcha uma cadeia auto-alimentada pelo preconceito e pelo medo. Sem enfrentar as dinâmicas específicas de reprodução da violência a partir de sua “cultura”, as ações serão reativas e incapazes de interromper as agressões.

Freqüentemente, a população negra, especialmente os jovens, são vítimas de tratamento desrespeitoso e inadequado pela própria polícia, seja numa revista policial, seja numa delegacia. O que é acionado nas cenas comuns de seletividade da suspeita é uma combinação explosiva de estereótipos, violência simbólica, às vezes violência física, e racismo, que só faz aumentar o abismo entre polícia e juventude e que derrota todas as tentativas de produção da paz e da segurança com a cooperação e o engajamento criativo da juventude. Políticas voltadas para enfrentar o problema do racismo na área da segurança e da violência são obrigatórios num programa de participação da sociedade na redução da violência.

Crianças e adolescentes igualmente demandam políticas precisas de prevenção da violência, pois suas condições particulares de fragilidade a certos crimes (maus tratos domésticos, abandono, negligência, pedofilia, exploração sexual e outros) são tão específicos quanto a criminalidade protagonizada por adolescentes em conflito com a lei. Em muitos estados, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, foram implantadas delegacias especializadas, mas via de regra faltam políticas de segurança articuladas com o conjunto do sistema de proteção do ECA, como os conselhos tutelares, o ministério público, a justiça, as ONGs especializadas e o sistema sócio-educativo.

Na maioria das comunidades pode haver ainda outros segmentos vulneráveis à violência. Idosos, por exemplo, demandam compreensão específica de suas fragilidades diante da violência, pois freqüentemente são vítimas de agressões dentro da família ou da vizinhança, em crimes envolvendo proventos previdenciários, além de necessitarem proteção especial para o cumprimento de direitos no sistema de transporte, no comércio e na saúde. Idosos são, também, poderosos aliados (ainda que raramente valorizados e mobilizados) em programas de prevenção

⁴ O golpe consiste em adicionar tranqüilizantes e soníferos ao copo de bebida da vítima, que passa a colaborar com o criminoso entregando cartões, chaves e pertences, virtualmente sem resistência e em muitos casos permanecendo

ao crime, por sua permanência na comunidade, conhecimento dos hábitos locais, disposição para a vigilância e capacidade de articulação entre si e com agentes de segurança.

Em algumas comunidades, dependendo do arranjo social, existem outros grupos que podem tornar-se especialmente relevantes para a equação da segurança e sem os quais a produção da ordem estará fadada ao insucesso. Populações de rua, por exemplo, ou profissionais do sexo, ou catadores de lixo ou outros grupos que se encontram à margem dos direitos e também das leis podem tornar-se espécies de signos da insegurança e da desordem, sendo quase sempre avessos às políticas tradicionais de segurança. Para esses grupos, frequentemente, a “guerra declarada” dos órgãos de segurança (muitas vezes os conflitos se dão em nível local, com as guardas municipais) é a única política, invariavelmente ineficaz e estéril. Sem compreender e levar em conta as microdinâmicas que envolvem essas tribos, como os códigos de violência, de fragilidade e de criminalidade, qualquer tentativa de imposição da ordem terá pequena chance de sucesso.

Por último, há ainda uma categoria de vulnerabilidade associada a grupos sociais cuja história política criou necessidades específicas na relação com a segurança e a polícia, e para quem são necessários programas especiais. Trabalhadores sem-terra, movimentos de população sem-teto, moradores de favelas ou habitantes de invasões urbanas, em algumas localidades, são um ponto nervoso de disputas permanentes com os órgãos de segurança, instituições públicas e parte da sociedade na luta por direitos e justiça. Deve-se reconhecer a predominância, por muitas décadas, na tradição autoritária brasileira, da política de “jogar a polícia” contra populações para as quais momentaneamente faltavam programas sociais. Assim, em alguns locais, há “seqüelas” ou “heranças” de antigas disputas envolvendo trágicas histórias de violência, às vezes de parte a parte, entre essas populações e a polícia. Nesses casos, é preciso incluir esses setores entre os segmentos vulneráveis e para os quais é necessário criar políticas específicas de segurança e de prevenção da violência.

Minorias⁵ como metáfora

O que tínhamos em mente quando começamos os projetos que resultaram na criação dos Centros de Referência de Proteção de Minorias⁶ era: i) romper o círculo vicioso de desconfiança,

desacordada por muitas horas após o golpe.

⁵ O conceito de minoria é polêmico e deve ser tomado aqui não no seu sentido estatístico, mas como indicativo de grupos que se reconhecem e são reconhecidos social, política e identitariamente como contingente de pessoas que necessitam de direitos e garantias especiais para a realização da cidadania plena.

⁶ Veja uma descrição contextualizada da criação dos Centros de Referência em SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

ressentimento, medo e intolerância, de parte a parte, na relação entre polícia e minorias; ii) aproximar segmentos fragilizados diante da violência, que nunca ou raramente tinham sido incluídos nas prioridades de políticas de segurança; iii) aproveitar a parceria desses setores e desenvolver programas de cooperação em relação às tarefas de sensibilização e capacitação dos profissionais de segurança e de outros funcionários do estado em relação aos direitos das minorias e à valorização das diferenças; iv) usar o conhecimento e o potencial de mobilização desses grupos para desenvolver políticas de prevenção à violência mais eficientes, compreensivas e inteligentes.

O que não era possível prever, no início do processo de aproximação de representantes do movimento homossexual, do movimento negro e de entidades de crianças e adolescentes com a Secretaria de Segurança, era o enorme impacto simbólico que a determinação de respeitar grupos minoritários seria capaz de despertar no imaginário da polícia, na mídia e na sociedade.

Talvez nenhuma outra corporação, tanto quanto a polícia, esteja sujeita a efeitos tão dramáticos de “contaminação e contágio” resultantes de ações violentas, desonestas ou discriminadoras praticadas por alguns de seus membros. A farda, a arma, o signo da força e a função de aplicadora das leis (law enforcement) - tudo isso potencializa os efeitos deletérios de ações policiais inadequadas de policiais no cotidiano dos cidadãos e conduz a generalizações difíceis de reverter. Percepções do tipo “a polícia é corrupta”, “a polícia é violenta” estão hoje largamente difundidas junto a populações de muitas grandes cidades brasileiras. Frequentemente, o medo e a desconfiança em relação à polícia atravessam toda a sociedade, tendo se tornado, surpreendentemente, uma percepção quase independente de nível de renda, anos de instrução, gênero e cor dos entrevistados⁷.

Luiz Eduardo Soares tem chamado a atenção em inúmeros trabalhos⁸ para o fato de que a polícia é a manifestação mais tangível do Estado e o policial uniformizado na esquina é a presença visível do Estado e de suas instituições. Mais do que somente problemas afetos à segurança pública, se um policial comete um crime e não merece confiança, é o Estado que perde credibilidade, são as instituições públicas que se degradam.

Soma-se a isso, na relação entre polícia e minorias, o fenômeno de identificação com o mais fraco. Curiosamente, mesmo que procedimentos racistas praticados pela polícia sejam uma expressão de racismo vigente na sociedade, o tratamento humilhante dispensado por um policial

⁷ Ver, por exemplo, pesquisa realizada pelo DataUff, “Imagem da polícia e percepções da segurança pública no município do Rio de Janeiro”, julho de 2000.

⁸ Ver, por exemplo, SOARES, Luiz Eduardo. “Notas sobre a problemática da segurança pública”. Revista Políticas Sociais, ano 2. Brasília: IPEA, fevereiro de 2001.

armado a um garoto negro, por exemplo, numa revista dentro de um ônibus, provoca indignação e revolta quase generalizadas. A imagem aderida à cena é de uma polícia covarde que esmaga os mais fracos e protege os poderosos. Quando se narra a história de uma prostituta ou um homossexual humilhado em uma delegacia de polícia, mesmo os espíritos mais conservadores tendem à indignação e via de regra consideram que o fato exprime a covardia com que a polícia trata todos os cidadãos desprotegidos.

Por todas essas razões - e também para escapar de equívocos anteriores em programas de reforma da polícia - no lugar de retóricos cursos sobre direitos humanos, começamos com aulas ministradas por militantes do movimento gay sobre direitos e cultura homossexual, visitas de grupos de travestis a batalhões da Polícia Militar, aulas simultâneas de professores do movimento negro no interior dos Batalhões, diálogos entre músicos de hip hop parados em blitz e oficiais da PM, além de outras atividades que fossem eloqüentes mais pela presença de grupos minoritários dentro da polícia e pela força da ação do que pelas intenções declaradas de respeitar as diferenças.

O impacto provocado por esse tipo de atividade revelou que essas iniciativas podem ter um alcance maior do que apenas as próprias populações diretamente beneficiadas (as minorias). Elas mobilizam extraordinário interesse da mídia, despertam outros setores da sociedade sobre o potencial de mudanças que podem ocorrer no âmbito da segurança (por exemplo, estimula a participação associações de moradores) e, por extensão, como num círculo virtuoso, as ações atingem de volta a própria polícia, que pode descobrir numa “aula” com um professor do movimento gay ou do movimento negro – pela valorização que a atividade recebe na televisão, na família ou entre os colegas – uma oportunidade para desidentificar-se dos estigmas da incivilidade e para aderir a signos da urbanidade e da modernidade⁹.

Seja como for, a presença dos temas das minorias entre as prioridades das políticas de segurança representa uma guinada e uma inversão de mão nos códigos e mensagens que há décadas o campo da segurança pública envia para a sociedade. A temática das minorias passa a ter um sentido de convite e de esperança para a participação das comunidades em geral na busca de soluções conjuntas para a redução da violência. A inclusão dos temas das minorias é uma forte sinalização dos poderes públicos para a sociedade através da conexão de dois termos aparentemente paradoxais da equação democrática: “minorias” e “polícia”.

⁹ Na experiência do Rio de Janeiro, as resistências aos programas de minorias, que obviamente existiram, foram sistematicamente inferiores à simpatia, à curiosidade e ao apoio que despertavam quando, finalmente, eram realizadas. A dificuldade maior quase sempre situou-se na preocupação preventiva de comandantes e chefes, que imaginam que seus subordinados não estariam preparados para contatos diretos com esses setores.

Participação para valer: o paradigma da Aids

Metodologicamente, passos mínimos para a criação dos Centros de Referência precisam incluir necessariamente as seguintes etapas muito simples:

- i) Levantamento, junto com entidades e lideranças, dos problemas de segurança mais graves daquela população, suas principais queixas e necessidades (inventário);
- ii) definição conjunta de duas ou três metas de curto prazo possíveis de serem alcançadas, com eleição de prioridades e delimitação de tempo, incluindo desafios relacionados à confiança na polícia;
- iii) estabelecimento de diretrizes de um programa mínimo, incluindo a tarefa conjunta de sensibilização e capacitação da polícia;
- iv) divisão de responsabilidades sobre as metas e tarefas estabelecidas;
- v) avaliação, em períodos previamente combinados (por exemplo, bimensalmente), do desenvolvimento dos programas, desempenho da parceria e correção dos rumos inicialmente estabelecidos;
- vi) estabelecimento de novos projetos.

Essas etapas têm de ser realizadas a partir de um comando visível e legítimo na elaboração e implementação de políticas de segurança e, por uma questão simbólica, devem ser cumpridas dentro das instalações físicas dos órgãos de segurança.

A primeira lição do processo de criação dos Centros de Referência é que o convite a setores historicamente desvalorizados nas políticas públicas não pode ser um “lustre”, um gesto de intenções retóricas ou uma vontade hesitante (que pede a “compreensão” para as dificuldades da polícia, o peso da máquina do estado, etc.)¹⁰.

A noção de que é preciso incorporar os conhecimentos, as prioridades e a linguagem da própria comunidade para superar os problemas que afetam a ordem em uma localidade não é nova nas teorias de segurança, tendo sido introduzida pelo menos desde o final dos anos 70 na

¹⁰ Em alguns estados do Brasil, secretarias de justiça ou similares criaram “departamento de direitos humanos”, onde são agrupados problemas de idosos, deficientes, homossexuais, indigentes e toda sorte de “injustiçados”. Isso pode ser melhor do que nenhuma política, mas o custo de participação formal em governos pode ser muito alto e deteriora rapidamente a credibilidade de lideranças sociais.

literatura especializada e nas práticas de policiamento comunitário e interativo¹¹. Mas pouco tem sido feito no Brasil para desenvolver essas experiências setorialmente, através de grupos sociais que apresentam particularidades na problemática da violência¹², sendo que as experiências de participação comunitária têm sido predominantemente realizadas em áreas geograficamente delimitadas¹³. Os Centros de Referência são a proposta de incorporação de conhecimentos, cultura, prioridades e potencialidades de comunidades delimitadas pela vulnerabilidade específica à violência.

Uma resposta possível ao argumento de que esse tipo de projeto tende a gerar resistências no atual estágio de amadurecimento dos órgãos de segurança são as respostas à epidemia de Aids desenvolvidas em várias partes do mundo e também no Brasil, desde a primeira metade da década de 1980. O caso brasileiro tornou-se um exemplo mundial pelas políticas corajosas e determinadas de inclusão das populações vulneráveis tanto na elaboração como na execução de políticas de prevenção e assistência. A participação da sociedade civil é a marca diferencial das respostas à epidemia, o divisor de águas da história da Aids em relação aos modelos tradicionais da saúde¹⁴.

A indicação mais importante do processo da Aids, aplicada aos Centros de Referência, é que as parcerias têm de ser para valer. As comunidades e as lideranças têm que ser convidadas para pensar junto com os poderes públicos e outros atores (por exemplo, a mídia, outras secretarias de estado, municípios, universidade etc.) como vencer desafios usando criatividade e energias que só existem na sociedade. No trabalho conjunto, se efeitos pirotécnicos podem ser importantes para enviar sinais à sociedade, na base tem de haver a construção honesta de um pacto real e duradouro. Porque para produzir respostas que reduzam a violência o que importa é compreender as microdinâmicas, o sotaque, mais do que o discurso geral; o que faz a diferença é o monitoramento das respostas na ponta da vitimização, onde os órgãos de segurança jamais chegam. O que é precioso é a especialização, a capilarização e a captação da dimensão intersubjetiva.

¹¹ Ver MUSUMECI Leonarda (coord). Segurança pública e cidadania. A experiência do policiamento comunitário em Copacabana (1994 – 95). Rio de Janeiro, ISER, 1996.

¹² O problema da violência de gênero é a notável exceção a essa regra e os primórdios de seu enfrentamento resultam de intensa mobilização do movimento de mulheres durante a década de 70. Atualmente as Delegacias Especializadas (DEAMs), implantadas nos anos 1980, estão virtualmente abandonadas na maior parte do país. Ver SILVA, Kelly Cristina, “Relatório da Pesquisa nacional sobre as condições de funcionamento das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres”, em http://www.mj.gov.br/sedh/cndm/artigos/relat_rio%20final%20anal_tico.pdf

¹³ Por exemplo, em programas sendo atualmente desenvolvidos, como no Jardim Ângela, em São Paulo e nas favelas de Cantagalo e Pavão/Pavãozinho, no Rio de Janeiro.

¹⁴ Ver GALVÃO, Jane. Aids no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2000.

Por isso é necessário criar tantos Centros de Referência quantas forem as dinâmicas particulares da violência e fugir do modelo “departamento de direitos humanos” onde minorias são agrupadas e ao mesmo tempo insuladas das dinâmicas reais da redução da violência e especialmente do acesso à polícia. Em segundo lugar, os Centros de Referência, mesmo tendo um caráter multidisciplinar e plurisetorial (envolvendo várias secretarias), devem funcionar na Secretaria de Segurança, junto dos comandos das polícias, no centro nervoso da produção da segurança.

Por último, vale lembrar que o paradigma da Aids no Brasil pode ser especialmente interessante para os desafios da segurança pública porque mostra a existência de relações surpreendentemente dialéticas entre atenção primária, secundária e terciária. O fato de o Programa Nacional de DST/Aids ter assumido uma política de medicamentos arrojada (nenhum doente de Aids sem medicamentos gratuitos, mesmo que para isso o Brasil seja obrigado a quebrar patentes de laboratórios multinacionais) valorizou a assistência primária, dignificou os profissionais de saúde, estimulou as secretarias municipais e estaduais, colocou no centro da cena pública os direitos e o respeito ao doente de Aids e ao portador do HIV e sinalizou a importância do enfrentamento da doença para o país. A política de medicamentos deu centralidade ao papel da sociedade civil, através da valorização das reivindicações de múltiplas redes de ONGs (portadores de HIV/Aids, homossexuais, grupos de mulheres e saúde reprodutiva, crianças e adolescentes, grupos religiosos, entidades filantrópicas, profissionais do sexo, portuários, caminhoneiros, usuários de drogas, pesquisadores, adeptos do candomblé...) mobilizadas em quase duas décadas de políticas ousadas de inclusão da sociedade na construção do discurso sobre a doença.

Ora, sabemos que numa epidemia a ponta dos medicamentos não pode ser a mais importante nem a mais onerosa e que toda a atenção e recursos devem estar concentrados na prevenção da doença. Mas a mensagem que se transmite quando se assegura que todos que adoecerem serão assistidos com dignidade é tão contundente e potencializa em tal escala os investimentos em prevenção primária que os gastos e a prioridade com o programa de remédios se justifica.

É possível buscar intuição no modelo da Aids e considerar que a reforma, a moralização e a democratização da polícia (o pronto-socorro da luta contra o crime) e sua abertura para a sociedade talvez seja essa pedra de toque, o ponto mais simbólico da determinação de conter a violência.

Abaixo seguem indicações sobre duas áreas de trabalho que se tornaram expressivas na experiência dos Centros de Referência e que devem ser levadas em conta em iniciativas de prevenção da violência dessas minorias.

As três dinâmicas da homofobia: violência interativa, crimes de lucro e crimes de ódio:

O Centro de Referência contra a Discriminação das Minorias Sexuais foi o primeiro a ser criado e de certa forma serviu de modelo para os demais. As respostas de lideranças e grupos de gays, lésbicas e travestis do Rio de Janeiro em grande medida foram determinantes para que o Centro de Referência e de seu principal programa, o DDH – Disque Defesa Homossexual – tenha se tornado um modelo que inspirou outras experiências no Brasil¹⁵.

Além das primeiras atividades de capacitação através de cursos e palestras para a polícia civil e militar com professores militantes do movimento, o primeiro reconhecimento coletivo assumido pelo Centro de Referência foi sobre o virtual desconhecimento do perfil de vitimização da população. Sem diagnóstico, seria arriscado traçar um plano de ação. Sabia-se que muito pouco era registrado na polícia. As demandas apareciam desorganizadamente nos grupos homossexuais, através de pedidos esporádicos de vítimas de violência, mas isso era insuficiente para conhecer as várias dinâmicas da homofobia associadas à criminalidade comum. As poucas informações existentes constavam de um catálogo nacional¹⁶ que reúne crimes contra homossexuais divulgados na imprensa, a maioria em jornais sensacionalistas e predominantemente relativos a crimes letais, como assassinatos violentos de travestis.

Por isso, a primeira providência ao criar o Disque Defesa Homossexual (DDH) - uma linha de atendimento direto à população homossexual dentro da Secretaria de Segurança - foi a criação de um banco de dados com registros detalhados dos casos atendidos pelos voluntários do movimento gay. É o resultado dessa base de dados que pode ser contabilizado como uma mudança de qualidade no tratamento da homofobia.

Muitas são as indicações contidas nesses registros, algumas surpreendentes¹⁷. Uma análise dos primeiros 500 casos atendidos pelo DDH permite classificar, ou tipificar, os crimes denunciados em três grandes modalidades que correspondem a dinâmicas distintas de produção da violência – e exigem, portanto, respostas também diferenciadas.

¹⁵ Em outubro de 2001, haviam sido criados programas semelhantes ao Disque Defesa Homossexual em Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. Em São Paulo, uma Defensoria Homossexual foi criada.

¹⁶ Ver MOTT, L e CERQUEIRA, M., Causa Mortis: Homofobia. Salvador: Editora GGB, 2001.

a) Quase um terço das violências comunicadas (29,8%) ocorre na esfera da casa ou da vizinhança, indicando que o agressor é alguém da família ou da vizinhança. Nesse tipo de casos encontra-se uma variedade de criminalidade interativa e sem fins lucrativos, como ameaças de familiares do(a) parceiro(a), pais que espancam filhos adolescentes, conflitos conjugais e domésticos, problemas de herança e brigas de vizinhança. A importância desse ângulo menos visível da homofobia – onde a vítima tende a estar ainda mais desprotegida do que na violência criminal típica - surpreendeu até mesmo as entidades organizadas. A compreensão da centralidade desse tipo de dinâmica interativa da homofobia levou à criação de redes de apoio, com a articulação – simultaneamente à cobrança do papel da polícia como agente de prevenção de violências maiores– de escritórios de advogados, psicólogos, entidades religiosas e até mesmo esquemas do tipo casa-abrigo.

b) Uma outra esfera de criminalidade homofóbica é aquela com fins de lucro, em que o homossexual do sexo masculino é vítima de criminosos profissionais, muitas vezes organizados em grupos e frequentemente usando a identidade de policiais. Os crimes mais praticados são extorsões (10,3%), assalto ou roubo (6,6%) ou Boa Noite Cinderela (5,4%). Nessa área, a atuação da polícia é crucial e um pouco de investigação inteligente resulta em ótimos resultados, com a prisão de grupos inteiros de golpistas, pois a certeza do silêncio da vítima cria, entre os agressores, uma espécie de cultura de desleixo em relação ao crime (como a repetição do mesmo golpe no mesmo local, a guarda do “flagrante”, o uso indiscriminado do cartão de crédito da vítima, o desconto de cheques na boca do caixa etc.).

c) Por último, uma fatia importante da vitimização homossexual concentra-se em agressões que podem ser classificadas como “crimes de ódio”¹⁸. Vão desde práticas de discriminação (20,2%) em estabelecimentos comerciais, na escola ou no trabalho (como não permitir o ingresso, prestar mau atendimento ou demitir) até agressões físicas (18,7%) e, na ponta da vitimização letal, assassinatos (6,3%)¹⁹. A importância de situar essas violências como crimes de ódio está em compreender a homofobia como uma variante das formas de intolerância (de gênero, étnica, etária, religiosa, de classe etc.). Esta é a esfera de atuação por excelência de

¹⁷ Ver RAMOS, Sílvia. *Disque Defesa Homossexual: Narrativas da violência na primeira pessoa. Violência de minorias sexuais*. Rio de Janeiro: Comunicações do ISER, número 56, ano 20, 2001.

¹⁸ Ver conceituação e histórico da expressão em Hate Crime Network (www.hate-crime.net). Para uma discussão sobre programas internacionais de violência conjugal homossexual (same-sex partner abuse), ver Anti-Violence Project (www.lambda.org).

¹⁹ Os casos de assassinatos denunciados demandam discussão mais cuidadosa, pois alguns deles estão associados ao tráfico de drogas. Mas, mesmo nesses casos, a orientação sexual da vítima (bem como classe social, cor etc.) pode ter sido um fator importante para o crime.

organizações que lutam pelo respeito e pela valorização da diferença, e esse trabalho de prevenção da violência está articulado com a construção da democracia.

Duas notas sobre o racismo e a violência

Cor e etnia entram na problemática da violência através de vários recortes. A vitimização dramaticamente desigual de jovens negros do sexo masculino, expressa nas taxas de criminalidade letal dos centros urbanos²⁰, por si só justificaria dar papel central às forças que compõem os movimentos contra a discriminação racial e buscar o reconhecimento da sociedade, de pesquisadores e autoridades de segurança, da existência de um viés racial nas dinâmicas de reprodução da violência²¹.

Estudos sobre desigualdades e discriminação racial mostram que, após a abolição, práticas racistas foram ativadas pelas ameaças simbólicas e reais que negros representavam à estrutura de privilégios dos brancos. A literatura sociológica tem tratado das relações entre cor e criminalidade no Brasil pós-abolicionista²², mas não tem dedicado atenção adequada ao tema no Brasil contemporâneo e especialmente à problemática, tão central para os estudos da violência urbana, das relações entre desigualdade, discriminação e polícia.

Na criação do Centro de Referência Nazareth Cerqueira Contra a Discriminação Racial, a indicação mais importante é a da existência de um verdadeiro pacto de silêncio sobre todos os problemas referentes à cor, à negritude, e ao racismo, seja na relação da polícia com a população afrodescendente, seja, dentro da própria polícia, especialmente na Polícia Militar, onde a presença negra é historicamente expressiva.

Possivelmente, os dispositivos de ocultação e silenciamento da problemática racial na polícia sejam similares aos acionados historicamente na sociedade brasileira, mas os efeitos, na esfera da segurança pública, são mais catastróficos. O sentimento defensivo de que falar do problema é abrir uma ferida que deveria estar cicatrizada predomina entre chefes e comandantes da polícia, inclusive entre os mais honestos e sensíveis. Na polícia, como em quase todas as esferas da sociedade brasileira, admitir a existência do racismo gera culpa, ansiedade, impotência

²⁰ Ver SOARES, L.E. *et alli*. Violência e Política no Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996.

²¹ Grupos de hip hop e de algumas vertentes do funk têm compreendido a problemática da violência como um fenômeno indissociado da cor e da exclusão e têm expressado isso de forma contundente. No entanto, o tema é permanece pouco explorado em pesquisas acadêmicas, nas políticas de segurança e mesmo na agenda do movimento negro.

²² COSTA RIBEIRO, Carlos Antônio. Cor e criminalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995 conclui que os acusados pretos em inquéritos criminais analisados no período 1900 a 1930 tinham 38 pontos percentuais a mais de chances de condenação do que os acusados brancos.

e raiva; e de novo negação. Frequentemente, nem mesmo o vocabulário está disponível para o diálogo (“negro”, “preto”, “moreno” etc.). Aparecem, entre homens experientes, uma timidez e um constrangimento pouco compatíveis com uma corporação habituada à força.

Por esta razão, aulas simultâneas em dezenas de Batalhões, ministradas por professores do movimento negro, foram arenas tão emocionantes de ressignificação de estereótipos, de parte a parte. O fato é que, para enfrentar o racismo, muito pode ser feito no terreno da palavra: a revolução está em romper o silêncio. Depois, o resto surge com força.

No campo das experiências, certamente muito há para ser realizado nos procedimentos de blitz e revistas seletivas, que protagonizam as situações mais repetitivas, humilhantes e reiteradas de racismo explícito da polícia em relação à população negra, em especial em relação aos jovens. A primeira proposta é adotar um sistema de contabilidade do filtro racial nas paradas para revistas (o policial fica obrigado a registrar gênero, idade, motivo da suspeita e cor do cidadão escolhido para revista). A segunda indicação é dar publicidade a esses registros, como é feito em vários departamentos de polícia dos Estados Unidos²³.

Grandes mudanças também podem ser realizadas através da incorporação de câmaras de vídeo aos equipamentos obrigatórios das viaturas de polícia envolvidas em procedimentos de blitz (toda revista terá de ser filmada). Nesse caso, mais uma vez, através de uma demanda para enfrentar o racismo, um problema que teoricamente afeta apenas uma parte da população, se estará produzindo uma revolução nas relações de transparência, respeito e confiança entre polícia e toda a sociedade.

²³ Ver, por exemplo, as tabelas de “racial profiling” da polícia de Nova York em www.ci.nyc.ny.us.

Bibliografia

- COSTA RIBEIRO, Carlos Antônio. *Cor e criminalidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- GALVÃO, Jane. *Aids no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- MOTT, L. e CERQUEIRA, M. *Causa Mortis: Homofobia*. Salvador: Editora GGB, 2001.
- MUSUMECI Leonarda (coord). *Segurança pública e cidadania. A experiência do policiamento comunitário em Copacabana (1994-95)*. Rio de Janeiro: ISER, 1996.
- RAMOS, Sílvia. Disque Defesa Homossexual: Narrativas da violência na primeira pessoa. *Violência e minorias sexuais*. Comunicações do ISER, ano XX, nº 56. Rio de Janeiro, 2001.
- SOARES, Luiz Eduardo. “Notas sobre a problemática da segurança pública”. *Revista Políticas Sociais*, ano 2. Brasília: IPEA, fevereiro de 2001.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general*. São Paulo: Cia das Letras, 2001
- SOARES, L. E. *et alli*. *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ISER, 1996.
- TROJANOWICZ, R. e BUCQUEROUX, B. *Policiamento comunitário. Por onde começar*. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Rio de Janeiro. 1994.